

Os usos do passado recente em sala de aula: a permanência do trabalho análogo ao de escravo no Sudeste do Pará

BARBOSA, João Victor da Silva¹; SILVA, Uemerson Neres da²; CASTRAVECHI, Luciene Aparecida³

^{1,2} Aluno do curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá

³ Professora do IFPA, Instituto Federal do Pará, Campus Rural de Marabá

joaovictordasilvabarbosa38@gmail.com, wemersonneresdasilva@gmail.com, luciene.castravechi@ifpa.edu.br

ÁREA TEMÁTICA: Ciências Humanas e Sociais

EIXO TEMÁTICO: ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar a permanência do uso do trabalho análogo ao de escravo no sudeste do Pará, na Amazônia Oriental. Para refletirmos a respeito das relações trabalhistas que envolvem a prática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, nos situamos a partir da década de 1970 quando o governo militar estabeleceu um amplo programa de (re)ocupação econômica da Amazônia brasileira sob fundamentos modernos. Realizamos a pesquisa bibliográfica e documental para analisarmos o contexto histórico e o conceito de trabalho análogo ao de escravo. Os militares implantaram na região amazônica os Projetos de Colonização e Agropecuários em favorecimento do grande capital estrangeiro, sendo desenvolvidas naquela área atividades econômicas ligadas principalmente aos setores agrícolas e pecuários. Esses projetos necessitavam de muita mão de obra, e a oferta na região era pouca, assim, os movimentos migratórios solucionaram esse problema, pois havia muitas pessoas a procura de emprego, ludibriadas por falsas promessas, pelo enriquecimento fácil na Amazônia, a busca por terras, ouro e trabalho estimularam a vinda de muitas pessoas de várias partes do Brasil à procura do sonho do “Eldorado”. No sudeste do Pará, sobretudo nas áreas dos castanhais entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, os grandes projetos agropecuários começaram a crescer e atrair trabalhadores migrantes sob falsas promessas para abertura de fazendas. Os gatos eram responsáveis pela contratação dos trabalhadores, pois agiam como mediadores no processo de contratação e aliciamento desses trabalhadores para o sudeste do Pará. Eles eram responsáveis pelo controle dos empregados e pela execução do serviço, funções estas que eram realizadas de modo informal e pessoal. O poder pessoal conferido ao grande proprietário de terras constitui-se como uma característica emblemática, na qual o fazendeiro junto a seus gerentes e capatazes têm em suas mãos o poder de vida e morte sob seus empregados. Esse poder aumentou durante a transformação do empresário urbano em grande proprietário de terras na Amazônia, fato este que não impediu que em suas propriedades se reproduzissem com facilidade a repressão e violência patrimonial. A modernização do campo não proporcionou obrigatoriamente uma humanização nas relações trabalhistas, surgindo novas modalidades de trabalho, sendo a mais comum para a região a peonagem, caracterizada por contratos de empreitas, tendo como lados opostos: o patrão e o empregado, o empreiteiro (gato) e o trabalhador denominado peão, resultando assim, a denominação peonagem. Mais de 50 anos após a implantação dos projetos agropecuários no sudeste do Pará, dados de 2024 revelaram que 31% dos trabalhadores da pecuária foram vítimas de trabalho análogo ao de escravo. Entre o período de 2006



e 2021, o Pará foi o estado com mais resgates de pessoas nessa situação: 13.225 trabalhadores nos últimos 15 anos, uma média de 508 vítimas por ano. Ao estudarmos o passado recente da Amazônia na disciplina de História, observamos que os projetos agropecuários utilizaram de mão de obra escrava migrante na abertura das fazendas e que esse setor da economia ainda domina o número elevado de pessoas em condição análoga à de escravo no sudeste do Pará.

Palavras-Chave: Amazônia Oriental; História; Escravidão Contemporânea.